

Alca: adversários e inimigos

Reinaldo Gonçalves*

O processo de negociação do projeto da Alca está claramente marcado por uma forte assimetria entre os Estados Unidos, por um lado, e o restante dos países das Américas, de outro. Não se trata somente da hegemonia econômica e militar dos Estados Unidos (que é hegemônico em escala global), mas também das assimetrias quanto à robustez institucional e capacitação técnica de negociação.

A ineficácia da diplomacia econômica brasileira não decorre somente da ausência de especialistas. No Itamaraty há, também, uma certa arrogância tradicional no tratamento das questões internacionais. Trata-se, aqui, do conhecido mecanismo de autoproteção e autopromoção de burocratas que querem manter poder e privilégios com base na assimetria (às vezes, monopólio) de informação. Há outras razões que explicam a ineficácia do Itamaraty. A arrogância é, ainda, um escudo protetor com relação às críticas quanto ao desempenho da diplomacia brasileira.

Além da degradação institucional e da subserviência ao pensamento neoliberal, a diplomacia tornou-se instrumento do processo de liberalização e desregulamentação que atende aos interesses das elites econômicas e classes dirigentes nacionais. O modelo neoliberal adotado, principalmente a partir de 1995, teve a sua funcionalidade na medida em que a abertura econômica unilateral foi (e tem sido) o principal instrumento de combate à inflação.

Mas a funcionalidade desse modelo transcende a esfera econômica, visto que permite aos grupos sociais de maior renda e riqueza acessar livremente bens e serviços estrangeiros. Tão importante quanto o acesso ao mercado internacional de mercadorias é a liberalização dos fluxos internacionais de capitais, que permitiu uma extraordinária evasão de divisas, bem como a maior captação de recursos externos pelo setor privado.

Assim, houve (e há) uma convergência de interesses entre as classes dirigentes e as elites econômicas nacionais, de um lado, e os governos e os agentes econômicos de todos os países que têm relações econômicas significativas com o Brasil, de outro. Nesse sentido, o exemplo conspícuo é, naturalmente, o conjunto de interesses formado pelos bancos, empresas e governo dos Estados Unidos.

Entretanto, no combate ao projeto da Alca, se é verdade que a potência norte-americana é um forte adversário, é ainda mais verdadeiro que as elites econômicas e classes dirigentes nacionais são os principais inimigos.

* Membro do Pacs e diretor do Conselho Federal de Economia

A potência norte-americana é um forte adversário, mas as elites econômicas são os principais inimigos



Sociedade civil em estado de alerta



No final de junho, as instituições que integram a Campanha contra a Alca organizaram um evento no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro, para protestar contra o acordo de utilização da Base de Alcântara pelo governo norte-americano. As cerca de 1.200 pessoas presentes assinaram o manifesto, em defesa da soberania do Brasil e contra o acordo de utilização da Base de Alcântara pelo governo dos Estados Unidos.

Manifesto

O mais antigo e legítimo princípio do exercício da soberania dos povos é a defesa da integridade do seu território. Princípio que lhe garante ação soberana inquestionável para desenvolvê-lo de maneira sustentável e oferecê-lo às gerações futuras.

O governo Fernando Henrique Cardoso está ferindo este princípio, ao acatar as inaceitáveis condições impostas pelo governo dos Estados Unidos da América, para utilização da Base de Alcântara, no Maranhão. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, assinado entre os dois governos, em abril de 2000, constitui-se numa peça que envergonha a diplomacia brasileira e em um insulto a nossa soberania e inteligência.

É inaceitável para um país soberano, sob qualquer ponto de vista, admitir que a área da Base de Alcântara seja privativa da autoridade do governo dos Estados Unidos, garantindo-lhe total privacidade na circulação de pessoas e equipamentos.



O teor do acordo não nos deixa dúvida sobre as reais motivações geopolíticas e militares do governo dos Estados Unidos, ao exigir autonomia total em nosso território, justamente na entrada da Amazônia. E, sorrateiramente, este Acordo sepulta a possibilidade da Aeronáutica brasileira desenvolver um programa espacial, autônomo e soberano.

Além disso, coloca em risco as comunidades de remanescentes de Quilombos que há mais de 200 anos vivem na região.

É indispensável um gesto de altivez do Congresso Nacional, ao apreciar os termos deste malfadado Acordo, visando restabelecer o pressuposto da soberania nacional.

Nós, cidadãos e cidadãs, atentos/as aos princípios e à defesa da soberania nacional e conscientes do exercício da soberania popular assegurada pela Constituição da República, nos manifestamos, exigindo:

1. Que o Congresso Nacional rejeite o Acordo.
2. Que se busque uma solução justa e duradoura para que todos/as os brasileiros/as que vivem no município de Alcântara tenham seus direitos assegurados e possam trabalhar e melhorar suas condições de vida.
3. Que seja assegurado o direito de nosso povo à investigação, à pesquisa, ao acesso e desenvolvimento de novas tecnologias pacíficas de exploração espacial.

Estaremos sempre dispostos a lutar contra os que, atendendo a interesses de grupos nacionais e estrangeiros, buscam fragilizar o primado da nossa soberania sobre o território nacional. Lutaremos, sempre e incansavelmente, por um Brasil socialmente justo, soberano e democrático.

Teatro João Caetano, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro, 24 de junho de 2002.

Leia mais www.jubileusul.hpg.com.br

Na teia



A entrevistada desta edição é Sandra Quintela. Ela é economista, participa da coordenação do Pacs e é membro da coordenação da Campanha Jubileu Sul, responsável pela organização do plebiscito nacional – de 1º a 7 de setembro – para conhecer a opinião da população brasileira sobre a Alca.

O que significa Alca?

É o Acordo de Livre Comércio das Américas, um tratado comercial a ser assinado por 34 países, inclusive o Brasil. A idéia é que, através deste, seja possível comprar ou vender livremente tudo o que for produzido em qualquer das nações envolvidas, sem taxas ou impostos. Mas também é um tratado econômico, já que permite a pessoas físicas fazerem investimentos nesses países. Falando assim pode até parecer bom, mas é uma ilusão. O Brasil e o povo brasileiro com certeza não vão se beneficiar. Não há como ser vantajoso para nós participar de um acordo desses com economias muito mais desenvolvidas e poderosas.

Que tipos de prejuízos pode trazer para o Brasil?

Vários, visto que esse acordo tem o potencial de transformar tudo em mercadoria. É um reforço às políticas neoliberais já existentes, que tornam a população cada vez mais pobre. Até 15 de abril de 2003, o governo brasileiro, assim como os outros países envolvidos, precisam apresentar propostas de liberalização de cinco áreas essenciais – bens industriais, agricultura, serviços, compras governamentais e investimentos. No caso dos serviços, entram aí a saúde e a educação. Imagina a quantidade de escolas e universidades que poderão ser privatizadas, impedindo os/as jovens de terem acesso à educação gratuita? Toda a legislação ambiental também está sob ameaça, pois nenhum regulamento vai poder impedir o “livre investimento”.

Quais os riscos diretos para a população?

Os trabalhadores e trabalhadoras serão os primeiros/as a perder, com o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e por terem seus direitos ameaçados. As empresas norte-americanas são muito mais competitivas, vão fazer com que as nossas fechem as portas. Da mesma forma, o acordo vai limitar a possibilidade de criação de políticas públicas que permitam a geração de trabalho e renda. As mulheres só conseguirão trabalho sob condições ainda mais precárias, sem contar o aumento da prostituição, com o advento de megaprojetos de turismo. O acordo significa ainda entraves concretos ao desenvolvimento da agricultura familiar, a dependência de importação de alimentos. E um prejuízo à cultura indígena, cuja população assistirá a uma maior invasão de suas terras e patenteamento de sua cultura milenar.

Qual é a relação entre a Alca e o Nafta?

A Alca é uma ampliação do Nafta – Acordo de Livre Comércio da América do Norte – e seus resultados podem nos dar uma noção do que precisamos evitar. O Nafta abrange Estados Unidos, Canadá e México. Desde 1994, quando entrou em vigor, o volume de investimentos comprovadamente aumentou nos três países, da mesma forma que as desigualdades sociais e a insegurança entre essas populações. A pobreza já atinge 75% da população mexicana, os salários caíram, direitos sociais foram subtraídos, condições insalubres de trabalho e aumento do trabalho infantil, entre outras perdas.

Qual é a importância desse plebiscito que acontece agora?

Entendemos que assuntos de interesse nacional devam ser discutidos em todas as esferas da sociedade, principalmente por quem sofre diretamente essas conseqüências políticas. As regras desse acordo estão sendo negociadas desde 1994 sem qualquer participação da sociedade civil, parlamentos e nem mesmo do Judiciário. Os documentos só vieram a público depois de muita pressão, em julho de 2001. As regras estão sendo elaboradas sem participação social e não serão diferentes daquelas adotadas com o Nafta. A população precisa se informar e interferir nesse processo.

Bússola

Consumo cidadão

Esta em processo de construção no Rio de Janeiro a Rede Estadual de Socioeconomia Solidária, reunindo grupos associativos, cooperativas e entidades da sociedade civil que participam ativamente do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro FCP/RJ. A idéia é que, com a rede, possa funcionar no estado uma cadeia produtiva completa (produção, comercialização, crédito e consumo) entre integrantes do campo e da cidade, dos grandes centros e das periferias, homens e mulheres.

A proposta foi lançada durante o I Encontro Estadual de Cultura e Socioeconomia Solidária do Rio de Janeiro, realizado em março em Mendes, com participação de mais de 80 pessoas. Desde então, os grupos de trabalho do Fórum – Produção, Comercialização e Consumo, Crédito, Relações Institucionais, Educação, Comunicação, Jurídico e Captação de Recursos – receberam novas atribuições para que a rede seja logo concretizada. ☺

Informações na secretaria do FCP: (21) 2252-0366 ou ruth@pacs.org.br

Da cidade para o campo

Quatro grupos de trocas estão em atuação no estado do Rio de Janeiro: Nova Iguaçu, Teresópolis, Anchieta e um na capital, no bairro do Catete. A reunião anual de 2002 foi organizada pelo Grupo Mutirão da Serra, de Teresópolis, que enfatizou a vertente rural-urbana entre os/as participantes. Para Regina Machado, do Mutirão Quilombo, do Catete, o evento foi maravilhoso: “éramos grupos distintos com expectativas semelhantes. Uma celebração de *cabeças da cidade com cabeças da roça*”. Ela sugere que ainda este ano aconteça um novo encontro. ☺

Desenvolvimento x dívida

De 2 a 4 de agosto, aconteceu em Recife / PE o seminário *Estratégias alternativas de financiamento para o desenvolvimento do Brasil*, uma iniciativa do Centro Josué de Castro, Cáritas Brasileira, Rede Brasil, Sindecon/RJ, Pacs, Unafisco Sindical e Fisenge. No encontro foram discutidas as diretrizes de um novo modelo de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, que assegure a equidade sociocultural para a população. Os/as participantes também refletiram sobre a política estabelecida pelo governo brasileiro perante as instituições financeiras multilaterais.

O seminário foi uma continuação dos debates iniciados em novembro no seminário *Endividamento e soberania: o papel do FMI, do Banco Mundial e do BID*, também organizado pelo Pacs junto com a Rede Brasil. ☺

Trocas na cidade luz

Cerca de 50 mil pessoas integram 400 grupos de trocas na França. Lá são conhecidos como SEL, Sistema de Trocas Locais. Os grupos são autoregulados e transparentes, todos/as têm acesso ao saldo dos demais participantes.

Pascale Dolille, do SEL de Paris, conta que as reuniões para trocas são públicas e mensais, um motivo para o encontro e a sociabilidade, mais do que para contestar o sistema. “Trocamos roupas velhas, sapatos, livros bem conservados que antes eram destinados à doação e que ali também são reciclados de outra maneira. São objetos que acabam sendo mais valorizados do que os preços que inicialmente os ofertantes estabelecem.”

Cyrille Terrier, do SEL de Paname, ao sul da cidade, participa do grupo desde 2001. Ele diz que os encontros mais formais acontecem em bares e são mensais, com intuito de acolher novos membros. Mas também acontecem eventos paralelos. “Existem cursos oferecidos e ministrados nas casas dos membros. Pintura, espanhol, português, feitura de armários. Muitas trocas acontecem fora da reunião formal, graças às informações de nosso catálogo e de nosso jornal.”

O antropólogo disse que há pouco tempo foi realizada uma pesquisa em seu grupo, na qual se observou que as trocas em si acontecem pouco, uma média de três ao ano sendo as reuniões sociais mais frequentes, considerando que do total, 80% das pessoas são solteiras, a partir de 30 anos e pertencem a uma área mais pobre de Paris, diferente do outro SEL entrevistado. ☺

Lição para mestre

Em julho, cerca de mil pessoas participaram da IV Jornada de Educação “O dia na sala de aula”, realizada na Escola Municipal Itália, em Rocha Miranda, subúrbio carioca. O encontro foi dirigido a profissionais da rede de ensino do estado e contou com 39 oficinas. O Pacs organizou a oficina *Rede de trocas pedagógicas*, visando permitir aos/as professores/as socializar as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar. Desta vez, no lugar de trocas de mercadorias, foi realizado um exercício estimulando a troca de atividades, idéias, amizade, criatividade e dinamismo. ☺



Nova independência

De 1º a 7 de setembro, você pode mostrar o que pensa sobre a adesão brasileira à Alca. Basta participar do plebiscito nacional, depositando seu voto em uma das urnas espalhadas em escolas, igrejas, postos de saúde, ONGs, movimentos sociais e sindicatos. Trata-se de uma iniciativa conjunta da Campanha Jubileu Sul/Brasil e das organizações envolvidas na manifestação *Grito dos Excluídos*, que acontece dia 7. Funcionará como forma de informação, conscientização e mobilização contra o Acordo da Alca.

O lema *Soberania sim, Alca não!* deixa claro que o pano de fundo desse esforço é mesmo a soberania nacional. Daí a importância de aprofundar os debates durante a Semana da Pátria, uma oportunidade de questionar a independência formal e buscar a independência real, consultando a população brasileira sobre o assunto.

É importante se informar melhor. Procure uma das entidades que fazem parte da Coordenação da Campanha Nacional contra a Alca para ter acesso a materiais de formação e divulgação e também para conhecer o calendário de mobilizações dessa luta que não é só nossa, mas das Américas, e vai continuar mesmo após o plebiscito, até que consigamos barrar esse acordo. ☺

Grito pela soberania

Em maio, cerca de 600 pessoas se reuniram no CEI de Quintino, subúrbio carioca, para participar de encontro organizado pela Coordenação Estadual da Campanha contra a Alca. O evento permitiu a criação de vários comitês de bairro em todo o estado, abrindo um valioso espaço de articulação entre sujeitos sociais com diferentes atuações, mas com o mesmo objetivo – barrar a entrada da Alca no Brasil. O Pacs foi um dos responsáveis pela metodologia e animação da iniciativa, realizando no final de julho, no Ciep Sandro Moreira, em Duque de Caxias, o 1º Módulo de Formação de Organizadores da Campanha contra a Alca.

O Comitê Regional de Jacarepaguá vem se reunindo toda semana, sediado no Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação – Regional VI), que cedeu suas dependências para a realização dos encontros, na Taquara. Suas ações têm se concretizado em panfletagens, convocatórias para eventos estaduais e nacionais, além de palestras e oficinas sobre o tema.

Dentre os grupos que integram o Comitê, o *Fórum Mobilizador da Cidadania Ativa* vem se destacando. Criado em 1999, a partir de um projeto de educação popular desenvolvido pelo Pacs e outras entidades, tem contribuído para a reflexão e elaboração de propostas que visam o desenvolvimento da região. Em 2000, participou da mobilização pelo *Plebiscito da Dívida Externa* e, em 2001, ajudou a organizar o *Encontro Temático de Formação: Terra e Habitação*, em parceria com o Pacs. O Encontro permitiu a troca de experiências de projetos de trabalho na região. ☺

Participe das reuniões do Comitê Regional na Estrada do Tindiba, nº 2.395 sala 302 Taquara, Jacarepaguá. Mais informações: Tel.: 3683-7582

Hora certa

O GT de Educação do Fórum de Cooperativismo do RJ vem organizando reuniões mensais, buscando contribuir para a formação da Rede Estadual. Nos encontros são analisados temas como cooperação, complementariedade, participação e autogestão. O próximo será em 14 de setembro, em local a ser definido. Mais informações com Terezinha, no Pacs: (21) 2252-0366.

Na segunda quinzena de outubro acontece o *Encontro solidário*, com lançamento de materiais sobre socioeconomia solidária. Entre eles, o programa de rádio *Trocando em miúdos IV - um programa para você entender de economia*, mais um livro da série *Semeando a socioeconomia nº 6* e o vídeo *Consumo: a grande loucura*. O evento será encerrado com uma grande feira de trocas solidárias.

Participe da Rede de Trocas Solidárias do Mutirão Quilombo, Rio de Janeiro. As reuniões acontecem todo mês, sempre no Museu da República – Rua do Catete, 153, das 18:30h às 21h. Anote as datas para 2002: 10 e 24 de setembro, 8 e 22 de outubro, 5 e 19 de novembro, 3 e 17 de dezembro

As reuniões do Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular (FCP/RJ) acontecem nas segundas 3ªs feiras de cada mês, sempre das 9:30h às 13h. Informações: (21) 2751-5438 / 2699-7806



Brasil expresso

Quem acredita ser impossível aprender economia de maneira descontraída e bem humorada vai se surpreender com a série de programas de rádio produzida pelo Pacs. *Trocando em miúdos - um programa para você entender de economia* aborda assuntos que fazem parte do dia-a-dia da população, trazendo para o debate temas que não saem nos grandes jornais e não aparecem na TV, mas que interessa a todos e todas nós.

Em 2001, foram lançados 15 programas, com duração de 10 minutos cada, distribuídos em três CDs. O trabalho é realizado com a colaboração da Unirr (União de Redes de Radiodifusão pela Democracia) e da ONG Criar Brasil. Em outubro, será lançado mais um CD, com cinco programas e várias participações especiais como João Pedro Stédile, líder do MST, D. Demetrio Valentini, bispo de Jales, SP, Maria Lúcia Fatorelli, da UnaFisco Sindical/MG (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal) e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, entre outras personalidades.

Para divulgar cada vez mais os temas ligados às transformações do país e contribuir para a democratização das informações, desde 2001 está sendo formada a Rede de Rádios Solidárias. Cerca de 800 rádios já estão veiculando programas do novo CD, que aborda os seguintes temas: Alca, Rede de Socioeconomia Solidária, Orçamento Democrático, Economia de Guerra e Função Social da Terra. Um bom exemplo desse entrosamento vai acontecer durante a semana do plebiscito, de 1º a 7 de setembro. As rádios vão apresentar chamadas de 1 minuto sobre a Alca, que visam disseminar informações sobre o tratado e seus impactos na vida da população. Foram criadas sete chamadas, em parceria com a Amarc-Brasil (Associação Mundial de Rádios Comunitárias), Unirr e Criar-Brasil.

Mundo afora

O Rio de Janeiro sediou no final de junho o Encontro da Aliança Cone Sul, com 37 representantes de Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. Esta foi a primeira reunião da Aliança desde a Assembléia Mundial dos Cidadãos de Lille, ocorrida em dezembro de 2001, na França.

O objetivo desse encontro foi resgatar a trajetória da Aliança na região e também traçar novas perspectivas. Os/as participantes elegeram um representante por país para compor a Coordenação Ampliada de Animação da Aliança no Cone Sul. A equipe, eleita por um período de dois anos, ficou responsável por uma lista de metas, entre as quais se destacam a construção de um plano de trabalho e de um orçamento para permitir a gestão da região.

Também foram organizados cinco grupos de trabalho, com temas e objetivos claros: Cadernos de Proposta; Memória e Conhecimento; Comunicação e Mídia; Ação Cidadã; Participação em campanhas e fóruns.



O evento foi encerrado com o show *Tambores pela Paz* nos Arcos da Lapa, com apresentação de vídeo sobre eventos internacionais realizados em 2001 e do grupo Afro-Lata – formado por crianças da favela de Vigário Geral. Alguns dias depois, Paulo Negueba, líder do Afro-Lata e percussionista do grupo O Rappa, foi baleado em um tiroteio comandado por policiais na favela.